



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 41/XI/ 2.ª SL

Aos 06 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 - Discussão Conjunta dos Projectos de Resolução n.º 179/XI (BE) - "Recomenda ao Governo que recuse o visto prévio da União Europeia sobre os Orçamentos de Estado Nacionais" e 263/XI (PCP) sobre a "fiscalização prévia" à elaboração do Orçamento do Estado, recomenda ao Governo que rejeite as propostas para a instauração do designado processo "semestre europeu", constitutivas de procedimentos que colidem frontalmente com princípios constitucionais que conferem atribuições e competências inalienáveis à Assembleia da República";
- 2 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias;
3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente aos seguintes Relatórios e iniciativas europeias.

Encontrando-se ausente o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), presidiu à reunião, o Sr. Vice-Presidente Carlos Costa Neves (PSD), que iniciou a reunião dando conta que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças declinou o convite formulado pela Comissão para vir a uma audição alegando indisponibilidade de agenda atento o momento presente. Do mesmo modo, informou que nenhum Secretário de Estado tinha disponibilidade.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) solicitou a palavra para perguntar se não estando disponível nenhum membro do Governo da área das Finanças, se não poderia ter vindo o representante português no Grupo de Missão para a governação económica.

O Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) também solicitou a palavra para expressar, em nome do Grupo parlamentar do PSD, o seu veemente protesto relativamente à

recusa do Sr. Ministro de Estado e das Finanças em vir à Comissão de Assuntos Europeus. Referiu a esse propósito ser inacreditável que nem o Sr. ministro, nem nenhum dos seus Secretários de Estado tenham uma hora disponível para vir à Assembleia da República.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) pediu a palavra para explicar que na semana em curso seria sempre complicado que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças se pudesse deslocar à Assembleia da República dada a preparação do Orçamento, pelo que demonstrou alguma admiração com o agendamento desta audição para esta data.

O Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Costa Neves (PSD), deu então a palavra aos proponentes para apresentarem os Projectos de Resolução que iriam ser debatidos conjuntamente. A discussão conjunta dos projectos de resolução foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) antes de iniciar a apresentação propriamente dita referiu, por um lado, que o agendamento desta discussão não se deveu à inércia do BE, mas à falta de vontade de outros e recordou que a audição do Sr. ministro de Estado e das Finanças havia sido requerida pelo PS. Por outro lado, referiu que independentemente da discussão que ocorresse nesse dia, se mantinha a actualidade e a pertinência da vinda do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, pelo que solicitava que a Comissão reiterasse o pedido junto do Governo.

No que diz respeito ao Projecto de Resolução n.º 179/XI/1.ª, apesar de ter sido apresentado em Junho, em face dos últimos desenvolvimentos, referiu que o mesmo ganhou redobrada importância, pois o que originalmente se tratava apenas de um visto prévio ao orçamento, com os documentos já conhecidos trata-se na realidade de um orçamento prévio e condicionador da Lei orçamental.

De facto, o Grupo Parlamentar do BE entende que a “governança económica” que se encontra a ser gizada nos centros decisórios europeus, mas sobretudo em Paris e Berlim, visa esvaziar de competências os representantes democraticamente eleitos, em cada Estado-Membro, no âmbito da discussão das grandes opções do país em sede de Orçamento de Estado. Acresce que as pretensões da União Europeia “extravasam largamente os actuais compromissos e tratados internacionais a que Portugal se encontra naturalmente obrigado, nomeadamente, em termos de acompanhamento comunitário do desenvolvimento das políticas

macroeconómicas do país, constituindo uma inaceitável diminuição dos direitos democráticos dos cidadãos e do papel dos Parlamentos nacionais”. O Grupo Parlamentar do BE tem, aliás, fundadas dúvidas sobre a base jurídica que permitiu ao Conselho Europeu adoptar as orientações subjacentes ao “semestre europeu”, pois o artigo 3.º do Protocolo 12, anexo ao Tratado de Lisboa, não parece prever este género de medidas.

Acrescentou, que o pacote legislativo, que a Comissão adoptou e transmitiu aos Parlamentos nacionais é o fim dos orçamentos nacionais e do poder dos Parlamentos em o determinarem. Dum ponto de vista mais global, a Sra. Deputada referiu que estas medidas penalizam sobretudo as economias mais débeis. O Projecto de Resolução visa, assim, “recomendar ao Governo que recuse qualquer medida que estabeleça um visto prévio do Orçamento de Estado, por qualquer instância comunitária, mantendo essa prerrogativa sob a exclusiva responsabilidade dos representantes eleitos do povo português para a Assembleia da República”.

Finalmente, referiu que, atendendo à matéria em discussão e às suas implicações, era lamentável que o Governo não tivesse vindo ainda ao Parlamento debater esta questão, sobretudo antes de dar o seu pré-acordo em Bruxelas, atendendo a que se trata de matéria da competência do Parlamento.

De seguida, o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) antes de apresentar o Projecto de Resolução do PCP, quis apenas que ficasse expresso em acta que tinha sido o PS a requerer que na semana anterior à apresentação do Orçamento, o Sr. ministro de Estado e das Finanças viesse à Comissão de Assuntos Europeus, pelo que não compreende as afirmações do Sr. deputado António gameiro (PS).

Relativamente ao Projecto de Resolução n.º 263/XI/2.ª, referiu que iria proceder à justificação dos três pontos, que constituem a proposta de resolução. Assim, relativamente ao primeiro ponto, referiu que no entender do Grupo Parlamentar do PCP é inaceitável que o Governo não tenha tomado qualquer iniciativa para vir discutir esta questão ao Parlamento, sendo que o poderia ter feito em Março (aquando da criação do grupo de missão sobre governação económica pelo Conselho Europeu), em Junho (quando foi acordado um conjunto de orientações sobre a matéria financeira/orçamental/económica) e/ou em Setembro (aquando da reunião do Ecofin). Referiu ainda, a propósito do Conselho Europeu de 17 de Junho de 2010, que a agenda anotada que serviu de base do debate tido com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus na reunião da Comissão de Assuntos Europeus, no dia 16 de Junho, não tinha qualquer referência à “governação económica”, mas as conclusões que foram tornadas públicas no dia 17 de Junho

incluíam já um conjunto “acordado” de orientações, que não foi possível debater em Comissão, dado que o debate após Conselho Europeu se realizou em plenário, em conjunto com as conclusões da presidência espanhola e do debate do Relatório Anual do Governo sobre participação de Portugal na UE.

No que diz respeito ao terceiro ponto do projecto de resolução, referiu que se pretende que, ao contrário do que sucedeu em todas as outras fases deste processo, o Governo, previamente a uma deliberação final sobre as conclusões do Grupo de missão sobre a governação económica, se desloque à Assembleia da República e discuta, com esta, a posição oficial de Portugal.

Relativamente ao ponto dois, atendendo que o pacote legislativo sobre governação económica apresentado pela Comissão Europeia representa o pior cenário imaginado e que se traduz numa invasão não consentida na área da reserva absoluta de competências da Assembleia da República. Pretende-se assim evitar que o Governo consinta na criação de procedimentos de determinação prévia de orientações destinadas à elaboração dos orçamentos nacionais e no estabelecimento de mecanismos que impliquem um processo de pré-elaboração e de fiscalização do Orçamento do Estado por outras entidades, que não as previstas constitucionalmente.

Acrescentou ainda que, concorda com a opinião expressa pela Sra. Deputada Cecília Honório (BE), no sentido de não existirem bases legais nos Tratados para a criação do “semestre europeu”, nem para a concretização dos mecanismos com ele conexos. No entanto, acrescentou que o mais preocupante é a colisão destas medidas europeias com os princípios fundamentais do ordenamento constitucional português.

Após a apresentação dos projectos de resolução tomou a palavra o Senhor Deputado António Gameiro (PS), que começou por demonstrar o seu espanto relativamente à sugestão de que competiria ao Governo a iniciativa de se deslocar à Assembleia da República para vir discutir esta matéria, referindo o contrário que competiria sim à Assembleia da República ter essa iniciativa. Relativamente ao processo de construção europeia, o Sr. Deputado começou por referir, a título pessoal, que considera que o caminho passa por um federalismo orçamental e financeiro, mas que até lá importa fazer-se todo um percurso. Embora seja esse o seu credo, o Sr. Deputado referiu que esta ainda não era a posição dominante, pelo que, por agora, mantinha algumas reservas relativamente às iniciativas legislativas referidas, pois ainda não as conhecia. Finalmente referiu que seria muito importante levar a cabo uma discussão séria e aprofundada sobre este tema.

A posição assumida pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP foi defendida pelo Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), que manifestou a sua não concordância com a questão ideológica subjacente a estes projectos de resolução, pois tanto o BE como o PCP demonstram uma postura anti-Europa e isso encontra-se plasmado em qualquer um dos projectos de resolução, pelo que o CDS-PP não pode concordar com nenhum dos projectos em apreço. Referiu ainda que não entende de onde se retirou a ideia de "visto prévio", dado que o instrumento que se encontra previsto em cima da mesa é o "semestre europeu" e também não encontrou em lado nenhum uma limitação aos poderes da Assembleia da República, tendo a certeza que continuará a ser esta que aprova o Orçamento de Estado. Acrescentou ainda que não entende a aversão face à Alemanha, que é transversal ao Projecto de Resolução do BE. No que diz respeito ao Projecto de Resolução do PCP, embora concorde com a maioria do conteúdo, manifestou a sua discordância em relação à forma de expressão dessas ideias, mas considera que seria muito relevante que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças pudesse vir ao Parlamento antes do final de Outubro. Finalmente, concluiu que sinceramente não lhe parece que esta questão seja tão dramática como o BE e o PCP estão a fazer crer e reforçou a ideia de que é importante participar num esforço colectivo europeu de aprofundamento do projecto europeu.

O Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) começou por referir que o Grupo Parlamentar do PSD não concorda com o conteúdo dos projectos de resolução do BE e PCP. No entender do Grupo Parlamentar do PSD este pacote legislativo, bem como o semestre europeu são decorrências normais da existência de uma moeda única e da necessária coordenação das políticas económicas. Aliás, recordou que actualmente Portugal já recebe orientações em matérias económicas de diversas instituições, que acolhe ou não. Finalmente, referiu que aquilo que deveria causar preocupação não era tanto a possibilidade da União Europeia poder sugerir determinadas medidas, mas sim a incapacidade de existirem soluções alternativas devido ao défice e à dívida externa portuguesa, que colocam o país numa situação débil no palco das negociações.

Numa segunda volta de intervenções tomou a palavra a Sra. Deputada Cecília Honório (BE), que reforçou a ideia de que o debate com o Sr. Ministro de Estado e das Finanças deve ser tido com urgência antes do próximo Conselho Europeu e que gostaria de esclarecer que o BE não é anti-europa, mas sim defende uma Europa diferente. De seguida, o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) referiu que o Grupo Parlamentar do PCP não quer, de todo, que o debate orçamental a nível nacional se

torne num “teatro de marionetas” e aconselhou o PS, PSD e CDS-PP a lerem com atenção o pacote legislativo que a Comissão Europeia apresentou, pois ficarão surpreendidos com o que lá se prevê. Retomou a palavra o Sr. Deputado António Gameiro (PS) para reiterar o exposto anteriormente.

Os Srs. Deputados António Gameiro (PS) e Honório Novo (PCP) solicitaram então esclarecimentos à mesa. O primeiro indagando sobre se alguma vez tinha sido solicitada a presença do Sr. Ministro de Estado e das Finanças nesta Comissão e que se tivesse recusado. O segundo para perguntar se o Governo, relativamente à governação económica e ao semestre europeu, tinha dado qualquer informação ou solicitado parecer sobre esta matéria.

O Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Costa neves (PSD), esclareceu ambos os Srs. Deputados de que não ocorrera nem uma situação, nem outra. Mas aproveitou para chamar a atenção para os artigos 4.º, n.º 1, alínea d) e 2.º, n.º 2 da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, eventualmente em conjugação com o artigo 164.º, alínea q) da Constituição da República Portuguesa. Acrescentando que não queria com isto tomar uma posição, mas promover o debate. Após o que deu por concluída a discussão conjunta, tendo sido deliberado solicitar ao Governo, que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças deveria vir à Assembleia da República antes da realização do próximo Conselho Europeu.

No ponto dois da Ordem do Dia, o Sr. Deputado Pedro Duarte apresentou o seu Parecer relativo à Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à comercialização dos materiais de propagação vegetativa da vinha [COM(2010)359]. O qual foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a presença dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD.

De seguida, o Sr. Deputado Manuel Seabra (PS) apresentou o Parecer da sua autoria sobre a Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos sistemas de garantia de depósitos (Reformulação) [COM(2010)368]. Não se registando inscrições, o Parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a presença dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD.

Por último, a Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) apresentou o seu Parecer relativo à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Directiva 2001/18/CE no que se refere à possibilidade de os Estados-Membros limitarem ou proibirem o cultivo de OGM no seu território [COM(2010)375]. O qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a presença dos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP.

No último ponto da Ordem do Dia, foram distribuídas ao Grupo Parlamentar do PS as seguintes iniciativas e Relatórios: Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera as Directivas 98/78/CE, 2002/87/CE e 2006/48/CE no que se refere à supervisão complementar das entidades financeiras de um conglomerado financeiro [COM(2010)433]; Relatório da 8ª Comissão relativo ao Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o impacto das decisões do Parlamento Europeu e do Conselho que alteram as bases jurídicas dos programas europeus nos domínios da aprendizagem ao longo da vida, da cultura, da juventude e da cidadania [COM(2010)411]; e Relatório da 6ª Comissão sobre a Comunicação da comissão ao conselho, ao parlamento europeu, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões: Rumo a uma política europeia global em matéria de investimento internacional [COM(2010)343], tendo o Grupo Parlamentar do PS referido que indicaria posteriormente os Srs. Deputados Autores de Parecer. Relativamente ao Relatório da 6ª Comissão sobre a Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho europeu, ao conselho, ao banco central europeu, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões: Reforçar a coordenação das políticas económicas com vista à estabilidade, crescimento e emprego – instrumentos para uma melhor governação económica da EU [COM(2010)367] foi designado Autor do Parecer, o Sr. Deputado António Gameiro (PS).

De seguida foram distribuídos ao Grupo Parlamentar do PSD, o Relatório da 1ª Comissão sobre a Iniciativa do Reino da Bélgica, da República da Bulgária, da República da Estónia, do Reino de Espanha, da República da Áustria, da República da Eslovénia e do Reino da Suécia tendo em vista a adopção de uma directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à decisão europeia de investigação em matéria penal [PARLNAT 13] – tendo sido indicada Autora do Parecer, a Sra. Deputada Luísa Roseira (PSD). Relativamente ao Relatório da 8ª Comissão sobre a Comunicação da comissão ao conselho e ao parlamento europeu sobre as actividades do Conselho Europeu de Investigação e a realização dos objectivos estabelecidos no Programa Específico «Ideias» em 2009 [COM(2010)458], foi designado Autor do Parecer, o Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD). Por último, para elaborar Parecer relativo ao Relatório da 6ª Comissão sobre a Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo aos auxílios estatais destinados a facilitar o encerramento de minas de carvão não competitivas [COM(2010)372] foi designado o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD).

Foram ainda designados Autores de Parecer relativos ao Relatório da 6ª Comissão sobre o Relatório da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité

económico e social europeu e ao comité das regiões: Exercício de monitorização do mercado do comércio e da distribuição - «Para um mercado interno do comércio e da distribuição mais eficiente e equitativo até 2020» a [COM(2010)355], a Sra. Deputada Cecília Honório (BE), e relativamente ao Relatório da 6ª Comissão sobre a Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões: Europa, primeiro destino turístico do mundo - novo quadro político para o turismo europeu [COM(2010)352], o Sr. Deputado Honório Novo (PCP).

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de Outubro de 2010.

O VICE-PRESIDENTE



(CARLOS COSTA NEVES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José Ferreira Gomes
José Ribeiro
Manuel Seabra
Miguel Vale Almeida
Pedro Duarte
Vânia Jesus

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Rodrigues
Pedro Brandão Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Arménio Santos
José de Bianchi
Luísa Roseira
Paulo Pisco
Vitalino Canas

